



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Doutorando em economia da FGV EESP, mest em economia na FEA-USP, é diretor da L Consultores e pesquisador-associado do FGV IB



Custo climático já contratado não pode ser desprezado pelos políticos

A poucos dias do primeiro turno das eleições presidenciais, vale chamar a atenção para um tema praticamente ausente dos debates.

Em setembro, a OCDE divulgou um estudo com uma das estimativas mais cuidadosas já feitas sobre o custo macroeconômico das mudanças climáticas. E o Brasil não sai bem na foto.

O diferencial desse novo estudo está no método, “de baixo para cima”. Com microdados de empresas e modelos climáticos e agrônômicos, os autores estimam os danos locais de quatro tipos de riscos: estresse térmico, que reduz a produtividade do trabalho; enchentes, que destroem capital; mudanças nas condições agroclimáticas, que afetam o rendimento potencial das la-

vouras; elevação do nível do mar, que reduz a terra disponível e pode destruir capital.

Esses choques alimentam um modelo de equilíbrio geral, com 927 regiões de 186 países, que capta comércio, migração e cadeias produtivas.

No cenário SSP2-4.5, que corresponde grosso modo à manutenção das políticas atuais e me parece o mais realista, o PIB per capita mundial seria cerca de 3% menor em 2050 que num mundo com clima estável; nos países da OCDE, quase 2% menor. No Brasil, a perda seria de aproximadamente 4%, praticamente o dobro da média da OCDE. Entre quase 50 economias analisadas em detalhe, só Tailândia, Grécia, Índia e Austrália apare-

cem em situação pior.

A decomposição é reveladora. Cerca de 3 pontos percentuais da perda brasileira vêm do estresse térmico, que derruba a produtividade do trabalho na indústria, na construção e nos serviços, algo especialmente relevante num país com muita gente trabalhando sob calor intenso e na informalidade.

A piora das condições agroclimáticas responde por cerca de 0,5 ponto percentual. Parece pouco, mas a agropecuária pesa muito mais nas exportações que no PIB e os mapas do estudo apontam queda no rendimento potencial da soja e do arroz em boa parte do território e do trigo na região Sul. Enchentes e elevação do mar pesam pouco na média nacional, mas muito nos

locais atingidos, como bem sabem os gaúchos.

Há outro dado que chama a atenção: a perda brasileira chegaria a quase 6% em 2100. Ou seja, quase 70% do dano projetado para todo o século já se materializaria até 2050. Isso reflete a inércia do sistema climático.

Pelo IPCC, o aquecimento médio entre 2041 e 2060 seria de cerca de 2°C no cenário SSP2-4.5, não muito diferente da alta de 1,6°C a 1,7°C nos cenários em que o mundo zeria as emissões líquidas de gases de efeito estufa por volta de meados do século (que foi a meta definida no Acordo de Paris, em 2015).

Mitigar as emissões continua essencial para evitar a escalada posterior com elevadas emissões, a perda global de PIB per capita chegaria a 18% em 2100?, mas boa parte da conta até 2050 já está contratada.

Daí a importância das medidas de adaptação para além daquelas de mitigação. Os próprios autores

ressalvam que o modelo não incorpora investimentos defensivos e que, por se basear em dados históricos, tende a subestimar os danos.

Os autores recomendam infraestrutura resiliente (drenagem, proteção contra cheias, redes de transporte e energia preparadas para o calor), ajustes nas culturas e nas jornadas de trabalho e seguros.

No Brasil, isso passa por reforçar a pesquisa agropecuária, ampliar a irrigação e o seguro rural, rever normas de trabalho em dias extremos e incorporar critérios climáticos à seleção de projetos de infraestrutura.

Uma perda de quase 4% do PIB per capita equivale a renunciar a alguns anos de crescimento da renda por habitante. É relevante demais para ficar à margem da agenda.

Quem vencer as eleições deveria tratar a adaptação climática como parte central da agenda de produtividade e de planejamento fiscal. O custo da inação é elevado.

Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:

Agross prevê aporte de R\$ 71 milhões em fábrica em Carazinho

Empresa quer ampliar a escala de produção e abrir espaço para equipamentos de maior porte e oferta de novas linhas



Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

A Agross do Brasil projeta investir R\$ 71 milhões na construção de uma fábrica em Carazinho, no Norte do Rio Grande do Sul, para ampliar a escala de produção e abrir espaço para equipamentos de maior porte e novas linhas de produtos. A unidade será a segunda da fabricante gaúcha de implementos agrícolas e tem previsão de começar a produzir entre o final de 2028 e o início de 2029.

Sediada em Quinze de Novembro, a Agross fabrica equipamentos voltados a diferentes etapas da produção agropecuária, com soluções para manejo e descompactação do solo, distribuição de insumos e alimentação animal. A nova planta ficará a cerca de 80 quilômetros da atual unidade e permitirá à empre-

sa separar parte do desenvolvimento dos produtos de sua fabricação em maior escala.

A escolha de Carazinho levou em conta a localização do município, a presença da indústria metalmeccânica, a disponibilidade de mão de obra qualificada e a tradição regional na fabricação de máquinas agrícolas. A implantação da fábrica também deverá gerar demanda para atividades como construção civil, logística, fornecedores industriais, comércio e prestação de serviços.

A expansão não significará a transferência da operação de Quinze de Novembro. A fábrica atual continuará funcionando e também será ampliada, com aumento previsto de 50% em sua área. A estratégia é dividir funções entre as duas plantas.

Carazinho será direcionada principalmente à produção em série dos equipamentos de maior demanda e daqueles de maior porte, cuja fabricação atualmente encontra limitações de espaço na unidade



Unidade produzirá em série implementos agrícolas e equipamentos

existente. Quinze de Novembro, por sua vez, seguirá concentrando o núcleo de engenharia, desenvolvimento e prototipagem da empresa.

“A fábrica de Carazinho será configurada para a produção em série e terá capacidade produtiva muito superior à da unidade atual”, afirma o diretor presidente da Agross do Brasil, Silmo de Ávila. A empresa não divulga o volume atual de produção nem a capacidade projetada para a nova planta.

O projeto prevê a instalação da fábrica em uma área de 250 mil metros quadrados às margens da BR-

285. Além dos R\$ 71 milhões projetados pela Agross, a implantação terá uma contrapartida estimada em R\$ 5,5 milhões da prefeitura de Carazinho, correspondente à cessão da área e a obras de infraestrutura no entorno.

A terraplenagem está prevista para começar no segundo semestre de 2027. O cronograma, porém, depende da conclusão das etapas legais e administrativas, entre elas a aprovação do projeto de lei que autoriza a destinação da área pelo município, o licenciamento ambiental e as demais autorizações necessárias.

Ficha técnica

- **Empresa:** Agross do Brasil
- **Município:** Carazinho
- **Setor:** Máquinas e implementos agrícolas
- **Investimento previsto:** R\$ 71 milhões
- **Área destinada ao projeto:** 250 mil m²
- **Início previsto da terraplenagem:** 2º semestre de 2027
- **Início previsto da produção:** final de 2028 ou início de 2029
- **Empregos previstos:** 400 diretos até 2029
- **Situação:** projeto condicionado à conclusão das etapas legais, ambientais e administrativas

A mudança de escala também aparece no quadro de pessoal. A Agross possui atualmente cerca de 230 funcionários e projeta criar outros 400 empregos diretos em Carazinho até 2029.